

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| Abreviaturas e siglas usadas | 13 |
| Apresentação à 5ª edição | 17 |
| Prefácio da primeira edição — Humberto Theodoro Júnior | 19 |
| Introdução | 25 |
| 1. Acidentes do trabalho no Brasil | 27 |
| 1.1. Importância do problema | 27 |
| 1.2. Os números dos acidentes | 29 |
| 1.3. Histórico das leis acidentárias | 33 |
| 2. Abrangência do conceito de acidente do trabalho | 37 |
| 2.1. Necessidade do enquadramento legal | 37 |
| 2.2. Espécies legais de acidentes do trabalho | 39 |
| 2.3. Acidente típico | 40 |
| 2.4. Doenças ocupacionais | 45 |
| 2.5. Concausas | 51 |
| 2.6. Acidente de trajeto | 53 |
| 2.7. Outras hipóteses | 55 |
| 3. Caracterização do acidente do trabalho | 57 |
| 3.1. Comunicação do Acidente do Trabalho — CAT | 57 |
| 3.2. Enquadramento técnico do acidente pelo INSS | 62 |
| 3.3. Recurso administrativo contra o enquadramento | 64 |
| 3.4. Ação judicial contra o enquadramento | 66 |

| | |
|--|------------|
| 4. Responsabilidade civil por acidente do trabalho | 71 |
| 4.1. Direitos acidentários e reparações civis | 71 |
| 4.2. Noção sobre responsabilidade civil | 72 |
| 4.3. Evolução da responsabilidade civil por acidente do trabalho | 74 |
| 4.4. Cumulação com os benefícios acidentários | 78 |
| 4.5. Espécies de responsabilidade civil | 89 |
| 4.6. Responsabilidade civil subjetiva | 90 |
| 4.7. Responsabilidade civil objetiva | 91 |
| 4.8. Responsabilidade civil nas terceirizações | 92 |
| 5. Acidente do trabalho e responsabilidade civil objetiva | 97 |
| 5.1. Desenvolvimento da teoria do risco | 97 |
| 5.2. Abrangência da responsabilidade civil objetiva | 100 |
| 5.3. A teoria do risco acolhida no novo Código Civil | 105 |
| 5.4. É aplicável a inovação do Código Civil no acidente do trabalho? | 106 |
| 5.5. Extensão da responsabilidade objetiva do novo Código Civil | 112 |
| 5.6. A mensuração do risco pelo Fator Acidentário de Prevenção | 119 |
| 5.7. O seguro acidentário e a indenização pela teoria do risco | 121 |
| 5.8. Perspectivas da responsabilidade civil por acidente do trabalho | 125 |
| 6. Nexos causal no acidente do trabalho | 135 |
| 6.1. Causalidade como pressuposto da indenização | 135 |
| 6.2. Enfoque acidentário e da responsabilidade civil | 136 |
| 6.3. Nexos nos acidentes e doenças ocupacionais | 142 |
| 6.4. Nexos concausal | 146 |
| 6.5. Excludentes do nexos causal | 151 |
| 6.6. Culpa exclusiva da vítima | 151 |
| 6.7. Caso fortuito ou de força maior | 153 |
| 6.8. Fato de terceiro | 157 |
| 7. Culpa do empregador no acidente do trabalho | 164 |
| 7.1. A culpa como pressuposto da indenização | 164 |
| 7.2. Distinção entre dolo e culpa | 164 |

| | |
|--|------------|
| 7.3. Abrangência do conceito de culpa | 165 |
| 7.4. Culpa contra a legalidade | 168 |
| 7.5. Culpa por violação do dever geral de cautela | 184 |
| 7.6. Graus de culpa: grave, leve e levíssima | 188 |
| 7.7. Culpa exclusiva da vítima | 191 |
| 7.8. Culpa concorrente da vítima | 191 |
| 7.9. Presunção de culpa do empregador | 196 |
| 8. Danos decorrentes do acidente do trabalho | 205 |
| 8.1. O dano como pressuposto da indenização | 205 |
| 8.2. Quando o acidente provoca danos | 206 |
| 8.3. Dano material | 208 |
| 8.3.1. Abrangência | 208 |
| 8.3.2. Dano emergente | 209 |
| 8.3.3. Lucro cessante | 209 |
| 8.4. Dano moral | 211 |
| 8.4.1. Evolução e abrangência | 211 |
| 8.4.2. Fundamentos constitucionais do dano moral | 214 |
| 8.4.3. Cumulação com o dano material | 218 |
| 8.4.4. Finalidade da indenização por dano moral | 218 |
| 8.4.5. Cabimento do dano moral no acidente do trabalho | 220 |
| 8.4.6. Prova do dano moral | 221 |
| 8.4.7. Critérios para arbitramento da indenização | 224 |
| 8.4.8. Controle do montante indenizatório pelo TST | 228 |
| 8.4.9. Dano moral na responsabilidade objetiva | 230 |
| 8.5. Dano estético | 232 |
| 8.5.1. Conceito e abrangência | 232 |
| 8.5.2. Cumulação com o dano moral | 233 |
| 8.6. Do risco ergonômico para o risco econômico | 236 |
| 9. Indenizações nos acidentes do trabalho com óbito | 238 |
| 9.1. Considerações iniciais | 238 |

| | |
|--|------------|
| 9.2. Apuração e reparação dos danos | 239 |
| 9.2.1. Danos emergentes | 239 |
| 9.2.2. Lucros cessantes ou pensão | 240 |
| 9.2.3. Danos morais | 241 |
| 9.3. Natureza jurídica da pensão | 244 |
| 9.4. Beneficiários da pensão | 248 |
| 9.4.1. Titulares do direito ao pensionamento | 248 |
| 9.4.2. Pensionamento do cônjuge ou companheiros | 251 |
| 9.4.3. Pensionamento dos filhos | 253 |
| 9.4.4. Pensionamento dos pais | 254 |
| 9.4.5. Pensionamento de outros beneficiários | 256 |
| 9.5. Base de cálculo da pensão | 257 |
| 9.6. Constituição de capital para garantia do pensionamento | 262 |
| 9.7. Termo final da pensão | 268 |
| 9.8. Direito de acrescer dos beneficiários remanescentes | 274 |
| 9.9. Legitimidade para postular a indenização por dano moral | 276 |
| 9.9.1. Transmissibilidade do dano moral | 277 |
| 9.9.2. Titulares do direito à indenização por dano moral | 283 |
| 9.9.3. Arbitramento da indenização quando há vários lesados | 287 |
| 10. Indenizações nos acidentes do trabalho sem óbito | 290 |
| 10.1. Danos quando a vítima sobrevive ao acidente | 290 |
| 10.2. Prova pericial para mensuração dos danos | 291 |
| 10.3. Indenizações no caso de invalidez permanente | 299 |
| 10.4. Indenizações no caso de redução da capacidade | 307 |
| 10.5. Possibilidade de revisão do pensionamento | 312 |
| 10.6. Opção do acidentado pelo pagamento integral | 313 |
| 10.7. Indenizações no caso de incapacidade temporária | 317 |
| 10.8. Indenizações no caso de acidente sem afastamento | 319 |
| 11. Prescrição | 321 |
| 11.1. Considerações iniciais | 321 |

| | |
|--|------------|
| 11.2. Prazo prescricional: civil ou trabalhista? | 322 |
| 11.3. Regras de transição para a prescrição civil | 330 |
| 11.4. Prescrição nas ações ajuizadas antes da EC n. 45/04 | 333 |
| 11.5. Prescrição nas ações ajuizadas após a EC n. 45/04 | 338 |
| 11.6. Início da fluência do prazo prescricional | 340 |
| 11.7. Prescrição nas ações ajuizadas por domésticos | 347 |
| 11.8. Prescrição nas ações do trabalhador não empregado | 350 |
| 11.9. Pronunciamento de ofício da prescrição | 351 |
| 12. Ação revisional nas indenizações por acidente do trabalho | 358 |
| 12.1. Considerações iniciais | 358 |
| 12.2. Cabimento da ação revisional | 359 |
| 12.3. Competência para julgamento | 362 |
| 12.4. Limites e efeitos da ação revisional | 363 |
| 12.5. Alteração ocorrida antes do trânsito em julgado | 367 |
| 12.6. Questões controvertidas sobre o cabimento da ação revisional | 369 |
| 12.7. Alteração ocorrida após a indenização paga de uma só vez | 369 |
| 12.8. Alteração ocorrida após a celebração de acordo | 371 |
| 12.9. Morte do acidentado | 372 |
| 13. Controvérsias sobre a competência | 374 |
| 13.1. Histórico das controvérsias sobre a competência | 374 |
| 13.2. Consolidação da competência da Justiça do Trabalho | 381 |
| 13.3. Processos em andamento na Justiça Comum | 386 |
| 13.4. Ação ajuizada por pessoa diversa do acidentado | 387 |
| 13.5. Ação do acidentado sem vínculo de emprego | 392 |
| 13.6. Ação rescisória de julgado da Justiça Comum | 393 |
| 13.7. Ação revisional do pensionamento | 396 |
| 13.8. Ação do acidentado em face do INSS | 397 |
| 14. Acidente sofrido por trabalhador doméstico ou não empregado | 400 |
| 14.1. Considerações iniciais | 400 |
| 14.2. Acidente do trabalho e acidente no trabalho | 400 |

| | |
|--|------------|
| 14.3. Acidente ocorrido no âmbito doméstico | 402 |
| 14.4. Competência para julgar a ação indenizatória | 403 |
| 14.5. Análise do cabimento de indenização | 403 |
| 14.6. Ajustamentos na apreciação da culpa | 404 |
| 14.7. Fixação do valor da indenização | 408 |
| 14.8. Prescrição aplicável | 409 |
| 15. Liquidação da sentença nas indenizações | 410 |
| 15.1. Considerações iniciais | 410 |
| 15.2. Contribuição para a Previdência Social | 411 |
| 15.3. Correção monetária | 411 |
| 15.4. Juros de mora | 415 |
| 15.5. Retenção de imposto de renda na fonte | 418 |
| 15.6. Quadro sinóptico das incidências cabíveis | 424 |
| Anexo I — Agentes patogênicos causadores de doenças profissionais ou do trabalho, conforme previsto no art. 20 da Lei n. 8.213/1991 | 425 |
| Anexo II — Lista A — Agentes ou fatores de risco de natureza ocupacional relacionados com a etiologia de doenças profissionais e de outras doenças relacionadas com o trabalho | 434 |
| Anexo III — Lista B — Doenças e os respectivos agentes etiológicos ou fatores de risco de natureza ocupacional | 451 |
| Anexo IV — Relação das situações que dão direito ao auxílio-acidente | 492 |
| Anexo V — Tabela da SUSEP para cálculo da indenização em caso de invalidez permanente | 497 |
| Anexo VI — Tabelas de expectativa de sobrevida no Brasil — Ano 2003 | 499 |
| Anexo VII — Tabelas de expectativa de sobrevida no Brasil — Ano 2004 | 502 |
| Anexo VIII — Tabelas de expectativa de sobrevida no Brasil — Ano 2005 | 505 |
| Anexo IX — Tabelas de expectativa de sobrevida no Brasil — Ano 2006 | 508 |
| Anexo X — Íntegra do acórdão do conflito de competência n. 7.204-1, julgado pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, no dia 29 de junho de 2005 | 511 |
| Bibliografia | 529 |
| Índice Alfabético e Remissivo | 539 |